

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**MP ataca descompasso contábil e fiscal em provisões de bancos** ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Tribunais começam a liberar consulta aos precatórios do INSS** ..... 4

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Sete a um é pouco para a derrota da política social** ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

**Legislação barra reajuste de vale-alimentação para servidores** ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**País decente não tem fome (Editorial)** ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Analistas veem queda da inflação em julho** ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Em revés para Bolsonaro, Lira adia votação da PEC que amplia benefícios** ..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Bolsonaro edita decreto para obrigar postos a exibir valores antes de teto para ICMS** ..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Brasil, ressaca depois do estelionato (Artigo)** ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Analistas veem risco maior de inflação mais alta em 2023** ..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Em defesa do teto do ICMS** ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Educação em frangalhos (Editorial)** ..... 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Votação da PEC dos auxílios adiada por falta de quórum** ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Poupança tem fuga de R\$ 50,5 bi no semestre** ..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Insegurança alimentar afeta 61 milhões de brasileiros, e 15 milhões passam fome, diz ONU .....	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	
Temores com recessão e gás fazem euro desabar ante dólar .....	28
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
PEC é o 'golpe de misericórdia' - ELIANE CANTANHÊDE .....	30
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Johnson renuncia e trava governo em meio a crise econômica e escândalos .....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Esta é a 'PEC Frankenstein' - CELSO MING .....	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Pacote que une PEC e desonerações fragiliza regras e pressiona inflação .....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Atividade econômica tem retração de 0,44% em abril, diz BC .....	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Em dia de alívio no mercado, Bolsa avança 2,04%; dólar cai a R\$ 5,34 .....	39
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Principal erro de Boris Johnson foi ter apoiado Brexit (Editorial) .....	41
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Em ano eleitoral, gastos de deputados com divulgação sobem 20% .....	42
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Senado dá aval a consignado para beneficiário do Auxílio Brasil .....	43

# MP ataca descompasso contábil e fiscal em provisões de bancos

*Álvaro Campos De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187266](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187266)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187266](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187266)

# Tribunais começam a liberar consulta aos precatórios do INSS

*Cristiane Gercina são paulo*

A consulta ao pagamento dos precatórios do **INSS** em 2022 começou a ser liberada. No TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), que atende os segurados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já é possível saber quem vai receber.

O TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), responsável por São Paulo e Mato Grosso do Sul, deve liberar os dados na semana que vem. Os demais tribunais não responderam.

Com o corte de 25% na verba dos precatórios, advogados poderão ficar sem receber os valores. O motivo são as mudanças previstas na emenda constitucional 114, originada da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que limitou o pagamento dos valores e liberou dinheiro para o governo gastar em ano eleitoral.

Com a abertura da consulta no Sul, advogados descobriram que o pagamento dos honorários não está previsto. A mesma regra do TRF-4 deverá ser aplicada no TRF-3, conforme a Folha apurou. Os demais tribunais não responderam. A justificativa é que as prioridades da emenda 114 só contemplariam os credores das causas, não seus defensores.

Em nota, o CJF (Conselho da Justiça Federal), que repassa os valores aos TRFs, reafirmou que não haverá recursos financeiros para pagamento de todos os beneficiários em 2022, "restando para o exercício seguinte a previsão de quitação daqueles precatórios requisitados e não contemplados com recursos financeiros neste exercício".

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

66

# Sete a um é pouco para a derrota da política social

Por Flávia Oliveira

Pode ter sido revival do trauma pela eliminação da seleção brasileira da Copa de 1982, quatro décadas neste julho - só quem viveu sabe. Talvez uma versão brasiliense da água batizada supostamente servida a um jogador canarinho no Mundial de 1990, na Itália. A proximidade das férias, digo recesso parlamentar, é outra hipótese. Ou a dopamina liberada pela senha do orçamento secreto. É certo que só alguma causa externa explica a pane que fez do Congresso Nacional, especialmente do Senado, o festival de bolas fora e gols contra a Constituição Federal, a legislação eleitoral, a responsabilidade fiscal, a política social. Beira o escárnio o que as excelências cometeram nos dez últimos dias. Sete a um é pouco.

Começou com a aprovação constrangedora, por acachapante, da PEC Kamikaze ou da Pedalada Eleitoral, como tão bem batizou o pesquisador João Marcelo Borges, na Casa presidida por Rodrigo Pacheco, há uma semana. Foram 72 votos a 1 em primeiro turno, 67 a 1 em segundo - coube a José Serra a solitária dissonância. Remetido à Câmara, o pacote que anaboliza com R\$ 41,2 bilhões o projeto de reeleição de Jair Bolsonaro também passou batido. Não bastasse, ontem, o Senado ratificou o aval dado pelos deputados à Medida Provisória em que o presidente da República autoriza a concessão de crédito consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil.

Para quem não está ligando o nome ao esculacho, consignado é aquela modalidade de empréstimo que o cliente não tem como deixar de pagar. As prestações saem diretamente dos rendimentos depositados em conta corrente, caso de salário, aposentadoria, pensão e, agora, transferência de renda para vulneráveis. Foi a ciranda que levou idosos desinformados ao superendividamento, a ponto de o Procon-SP publicar uma cartilha com orientações sobre a violência financeira.

Bolsonaro propôs que brasileiros com rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 210 - é essa linha de pobreza do substituto do Bolsa Família - possam se endividar com bancos. E o Legislativo concordou. A proposta já constava da MP de 2021 que implementou o Auxílio Brasil, foi retirada do texto durante a tramitação na Câmara e retornou no ano legislativo de 2022.

- Vários motivos justificavam a rejeição. O benefício não tem caráter necessariamente regular. É variável ou pode variar e sofrer interrupções por desatualização cadastral ou falta de frequência escolar, por exemplo - desenha a socióloga Leticia Bartholo, especialista em políticas públicas.

Só um governo pornograficamente liberal e um Congresso ignorante ou indiferente são capazes de propor empréstimo bancário com desconto em folha a quem carece de transferência de renda para comer. O Brasil voltou ao Mapa da Fome da ONU, tem 33,1 milhões de pessoas em situação de fome e 58% dos habitantes com algum nível de insegurança alimentar. As autoridades oferecem dinheiro a juros que, hoje, na modalidade destinada a aposentados e pensionistas do **INSS**, variam de 1,3% a 2,19% ao mês (16,8% a 29,68% ao ano), segundo o Banco Central.

A lei que vai à sanção presidencial permite que 40% do benefício do Auxílio Brasil sejam usados nas prestações do empréstimo. Significa que, no repasse mínimo de R\$ 400 vigente atualmente, R\$ 160 podem ser descontados. Sobrariam R\$ 240 para a família se virar num país em que a cesta básica mais barata, em Aracaju, custa R\$ 549,91 nas contas do Dieese.

Na PEC da Irresponsabilidade, o Congresso autorizou o governo a elevar em R\$ 200 o piso do Auxílio Brasil até dezembro deste ano. O repasse mínimo sairá de R\$ 400 a R\$ 600 para quase 20 milhões de beneficiários: além dos 18 milhões que já estavam no programa, 1,6 milhão habilitados até o fim de maio. A inclusão não deve dar conta da demanda, porque diariamente mais famílias em situação de vulnerabilidade buscam a assistência social de estados e municípios. Na cidade do Rio, de maio para junho, o total de famílias cadastradas sem receber o Auxílio Brasil saiu de 67 mil para 109 mil.

Parlamentares aprovaram a distribuição de um caminhão de dinheiro sem freio na ladeira. O cheque em branco para Bolsonaro comprar o eleitorado periga nem alcançar os que mais precisam. Ao pagar o mínimo de R\$ 600 de forma linear, o governo despreza a composição dos lares. Acaba destinando mais a famílias menores. A ex-ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social, simulou o repasse complementar a partir da nova regra. Um

adulto sozinho receberia R\$ 106 em benefício de superação da extrema pobreza e R\$ 494 de renda complementar. Uma família com dois adultos e três crianças (duas menores de três anos) ganharia apenas R\$ 73 para chegar ao mínimo de R\$ 600.

- É uma atitude que tende a gerar problemas gigantescos adiante. Há uma pressão para que famílias se cadastrem em frações, de modo a tentar receber mais. Isso tende a distorcer o Cadastro Único. Como o benefício complementar acaba em dezembro, haverá queda de renda na virada do ano. Qualquer novo programa estruturado que busque a equidade gerará desequilíbrio e redução de ganhos para vários beneficiários - enumera Campello, titular da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Sustentáveis da USP.

Governo e Congresso são cúmplices de uma política social mal desenhada e oportunista, que pode não solucionar a urgência do presente e, certamente, deixará legado nefasto no futuro, na forma de queda de rendimentos ou superendividamento.

**Site: <https://oglobo.globo.com/opiniaoflavia-oliveira/coluna/2022/07/sete-a-um-e-pouco-para-a-derrota-da-politica-social.ghtml>**

PUBLICIDADE

Esse conteúdo é exclusivo para assinantes.

Já é assinante? [Faça login](#)

Você ganhou 2 MESES GRÁTIS  
do GLOBO DIGITAL.

**APROVEITE**

# Legislação barra reajuste de vale-alimentação para servidores

**Lucas Marchesini Brasília**

Um aumento do auxílio-alimentação para os **servidores públicos** federais não é mais possível desde que iniciou o mês. ALRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) impede qualquer reajuste no último semestre de um governo.

A possibilidade de elevar de R\$ 458 para R\$ 900 o valor do auxílio-alimentação no Executivo federal tinha sido aventada pelo ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), Wagner Rosário, em 24 de junho, em um evento fechado da Semana de Discussões do Plano Operacional para 2023.

A medida seria um paliativo após o governo não conceder o reajuste de 5% nos salários de todo o funcionalismo público, descartado por Jair Bolsonaro (PL) em 13 de junho.

Quando lhe foi perguntado sobre a possibilidade de um reajuste ainda neste ano, o Ministério da Economia respondeu que, "de acordo com a legislação pertinente, reajustes de qualquer natureza estão vedados até o final do exercício". A CGU não comentou o assunto e encaminhou a demanda para a Economia.

O artigo 21 da LRF diz que não é permitido adotar medidas que resultam "em aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo". Como o atual mandato presidencial se encerra em 31 de dezembro, restam apenas 177 dias.

A pressão por um reajuste nos rendimentos dos servidores começou depois de o presidente Jair Bolsonaro prometer um aumento apenas para os policiais de carreiras federais, o que desencadeou reações em diversas categorias.

Funcionários do Banco Central entraram em greve, que só foi encerrada no início deste mês diante do fim do prazo legal para conceder o reajuste.

Um aumento no salário dos servidores foi descartado diante da preferência de Bolsonaro pelas medidas contidas na PEC (proposta de Emenda à Constituição) dos bilhões, aprovada no Senado e cuja análise na Câmara foi adiada nesta quinta-feira (7).

O texto zera a fila do Auxílio Brasil e aumenta o seu valor para R\$ 600 mensais até o fim de 2022, dobra o vale-gás e cria um auxílio para caminhoneiros autônomos, entre outras medidas. A conta supera os R\$ 50 bilhões.

As medidas são uma tentativa de Bolsonaro melhorar suas chances eleitorais. A última pesquisa Datafolha revelou que a tendência no momento é de vitória de Lula (PT) no primeiro turno.

Senado avaliza consignado no Auxílio Brasil

Renato Machado

O Senado aprovou nesta quinta-feira (7) medida provisória que autoriza a concessão de empréstimos consignados para beneficiários do programa social Auxílio Brasil -substituto do Bolsa Família.

Os empréstimos consignados podem ser concedidos até o limite de 40% do valor do benefício. O texto também libera esse crédito para quem recebe o Benefício de Prestação Continuada e aumenta a margem dos créditos consignados para aposentados e pensionistas.

A medida provisória foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. Como havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados, agora segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O texto aprovado pelos senadores diz que beneficiários de programas federais de transferência de renda poderão autorizar a União a fazer descontos nos benefícios em favor de bancos para amortização de empréstimos, com o limite de 40%.

O limite de 40% previsto para os beneficiários de programas de transferência de renda também passará a ser aplicado para os funcionários celetistas e **servidores públicos** civis e militares, ativos e inativos. Apenas será necessário destinar exclusivamente 5% para a amortização de despesas de cartão de crédito ou para saques por meio de cartão consignado de benefícios.

Piso para enfermagem é aprovado em comissão da Câmara



A comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (7) uma proposta de emenda à Constituição que estabelece o piso salarial nacional para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiros. O texto foi aprovado em votação simbólica e, agora, segue para o plenário da Casa. O objetivo da PEC, que já foi aprovada no Senado, é dar segurança jurídica a um projeto de lei que prevê o piso salarial a esses profissionais.

A proposta já foi aprovada no Congresso, mas a Câmara dos Deputados ainda não levou à sanção presidencial, pois havia receio de veto de Jair Bolsonaro (PL) ou mesmo ações judiciais.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**66**

## País decente não tem fome (Editorial)



O Brasil voltou de vez ao mapa da fome e nada indica que se livrará dessa vergonhosa marca tão cedo.

Dados do relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022, divulgado por cinco agências da Organização das Nações Unidas (ONU), apontam que 15,4 milhões de pessoas estavam sob insegurança alimentar grave no País entre 2019 e 2021, um contingente que representa hoje 7,3% de toda a população - são 3,9 milhões a mais do que o contingente observado entre 2014 e 2016, época em que o índice não chegava a 2%. Números que muitas vezes parecem frios ganham outra dimensão quando traduzidos em exemplos mais claros: 15,4 milhões de brasileiros não sabem se comerão um prato de comida ao longo do dia de hoje.

A essas pessoas, o presidente Jair Bolsonaro nunca ofereceu nada, nem mesmo uma palavra de solidariedade.

Sem qualquer planejamento nem foco nos mais necessitados, o governo distribuiu benefícios de forma indiscriminada a todos que conseguissem passar pelos parcos e confusos controles de acesso do Auxílio Emergencial. Agora, observando que seus índices de aprovação atingiram o pico na vigência do programa, o Executivo dobrou a aposta no Auxílio Brasil, repleto de falhas graves apontadas por todos os especialistas em políticas sociais. Principal adversário de Bolsonaro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem falado em retomar o Bolsa Família, que, embora seja melhor que seu malfadado sucessor, tampouco

foi capaz de solucionar a miséria nacional.

Essa tragédia não é fruto do acaso, mas de escolhas feitas por um País que sempre virou as costas para os mais necessitados.

É verdade que Bolsonaro destruiu as bases do Cadastro Único para Programas Sociais, um consistente banco de dados de mais de 20 anos de história; que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), cujo papel nas políticas de combate à fome ao longo dos últimos anos foi fundamental; que praticamente zerou as verbas do programa de aquisição de alimentos Alimenta Brasil, que priorizava regiões com maior índice de pobreza. Também é inegável que o aumento na quantidade de famintos não é exclusividade brasileira.

A pandemia, a guerra na Ucrânia e os preços de alimentos e combustíveis agravaram a pobreza em diversos países do mundo. Mas também é fato que a incompetência nacional para resolver gargalos históricos não vem de hoje e atravessa administrações de diferentes matizes políticos. Não se trata de diminuir a incontestável contribuição do governo Bolsonaro em levar o Brasil à ruína, mas de chamar a sociedade a assumir a responsabilidade pela solução de questões que têm raízes na nossa história.

Se a fome havia deixado de ser um problema crônico no passado recente, a desigualdade social era e continua sendo uma marca obscena do País - inabalável mesmo quando o **PIB** cresce de maneira mais vigorosa. A desigualdade sempre foi vista como uma característica inerente ao Brasil, algo que deveria ser inaceitável sob qualquer ponto de vista. Atacar a mazela da fome é urgente e passa por uma articulação entre governo e entidades da sociedade civil, além de parcerias entre o setor público e privado. Mas ações emergenciais não substituem respostas estruturais, e compensações, ainda que fundamentais, não levam à emancipação.

Não há como oferecer uma solução definitiva para a miséria sem que o País retome o caminho do crescimento, algo que passa pelo resgate dos fundamentos macroeconômicos devastados por Bolsonaro. É essencial a aprovação de uma **reforma tributária** para acabar com a regressividade e para deixar de castigar a produção. Não haverá empregos de qualidade enquanto não houver uma política industrial que incentive a inovação e a produtividade e

abandone a proteção de setores com amigos em Brasília. Será impossível oferecer melhores oportunidades aos mais pobres enquanto a Educação Básica não for uma prioridade real. O Brasil está à deriva e, em suma, precisa voltar a ter um governo de fato. Do contrário, mesmo que o País consiga sair do mapa da fome, basta aguardar a próxima crise para que volte para lá.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Analistas veem queda da inflação em julho

**FERNANDA STRICKLANDROSANA HESSEL**

Apesar da queda recente no preço dos combustíveis, a **inflação** oficial de junho, que será divulgada na manhã de hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deve mostrar aceleração em relação ao mês anterior, de acordo com as projeções de analistas ouvidos pelo Correio. Segundo eles, a alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar entre 0,70% e 0,80%. Em maio, o indicador registrou avanço de 0,47%.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, estima **inflação** de 0,76% em junho. Segundo ela, a tendência de aceleração foi captada pelo IPCA-15, a prévia da **inflação**, que avançou 0,69% nos 30 dias encerrados na primeira quinzena do mês passado. Para Alessandra, a pressão sobre o índice de junho ainda vem, sobretudo, do reajuste do preço de combustíveis autorizado no mês passado. "Esse será o principal elemento, além de pressões relacionadas à habitação, como energia e artigos eletrônicos", destacou.

## Deflação em julho

A redução de **tributos** sobre os combustíveis, porém, terá forte efeito de baixa sobre o IPCA de julho. Pelas estimativas da Tendências, a expectativa é de deflação em torno de 1% neste mês, o que fará o IPCA desacelerar para 9,8% no acumulado em 12 meses. "Mesmo assim, a **inflação** ainda continuará acima do teto da meta (de 5%) e o Banco Central ainda vai ter muito trabalho", destacou Alessandra Ribeiro.

De acordo com Fábio Romão, economista sênior da LCA Consultores, a queda no custo da energia em maio, com o fim da cobrança da bandeira tarifária de escassez hídrica foi importante para o IPCA perder força naquele mês, mas o efeito foi dissipado em junho. Ele prevê avanço de 0,70% no indicador do mês passado e diz que, com isso, a taxa acumulada em 12 meses passará de 11,73% para 11,92%. "É uma nova aceleração, mas, de qualquer modo, o pico da **inflação** ocorreu em abril, quando o IPCA acumulou alta de 12,13%", disse.

Pelas projeções de Romão, alimentação e habitação devem ser os principais fatores de alta do IPCA de junho. Para ele, o impacto do último reajuste da gasolina e do diesel anunciado pela Petrobras, de 14,26% e de 5,18%, respectivamente, não deve ser

muito grande, pois ocorreu no meio do mês passado e afetou o IPCA apenas na segunda quinzena. "Em julho, por conta dos cortes do ICMS e outros **tributos** sobre os combustíveis, é esperada queda no IPCA", acrescentou.

Fábio Tadeu Araújo, economista da FAE Business, também prevê que o IPCA de junho ainda deve vir forte, mas apresentar alívio neste mês. "As medidas do governo, em especial a redução do ICMS sobre gasolina, diesel e gás de cozinha, tiveram efeito apenas em julho", reforçou. Na estimativa dele, o IPCA do mês passado deve ficar entre 0,70% e 0,80%.

Segundo Araújo, a **inflação** permanece elevada também devido aos **reajustes** dos planos de saúde autorizados em maio pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com reflexo maior no IPCA de junho.

De acordo com o economista e consultor financeiro Vinícius do Carmo, a **inflação** também vem como resposta às medidas fiscais em curso e às incertezas do cenário externo, que estão valorizando o dólar. "No Brasil temos como agravantes a desvalorização do real frente às moedas fortes sendo repassada por preços administrados ao conjunto da economia. Além disso, como tem sido apontado nos levantamentos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) a empregabilidade tem crescido e, à medida que a economia se acelera, com a redução da taxa de desemprego, temos novo repique da **inflação**", explicou.

# Em revés para Bolsonaro, Lira adia votação da PEC que amplia benefícios



Plenário da Câmara na sessão que discute a PEC que prevê benefícios a um custo estimado em R\$ 41,25 bi. Governo/Ally/Univision

**Danielle Brant** *brasilíia*

Com risco de derrota, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu adiar a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que autoriza o governo a criar um vale para caminhoneiros e taxistas, dobrar o valor do Auxílio Gás e ampliar o Auxílio Brasil para R\$600 até o fim do ano, entre outros benefícios, a um custo estimado em R\$ 41,25 bilhões.

Para isso, o texto institui um estado de emergência, permitindo que o presidente Jair Bolsonaro (PL) fure o teto de gastos e abra os cofres públicos sem esbarrar em restrições da lei eleitoral a três meses do pleito.

A postergação da votação da PEC é um revés para o Planalto, que tem pressa para começar a fazer os pagamentos dos benefícios, dada a proximidade da eleição. Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A decisão foi tomada após um requerimento de encerramento de discussão ser aprovado por 303 votos a 91 -para aprovar uma PEC, são necessários pelo menos 308 votos, em dois turnos. Ao encerrar a sessão, havia 427 deputados presentes, de acordo com Lira. Uma nova tentativa de votar o texto será feita na terça (12).

"Não vou arriscar nem essa PEC nem a próxima PEC com esse quórum na Câmara hoje, de 427", disse Lira.

O adiamento também é uma derrota para o presidente da Câmara, aliado de Bolsonaro. Para acelerar a votação, Lira abreviou a tramitação da proposta. Em vez de seguir o rito regimental de ter a admissibilidade

analisada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para, só então, ser encaminhado a uma comissão especial para análise do mérito, o texto foi apensado ao da PEC de biocombustíveis, que já tinha passado pela etapa inicial e estava em comissão especial.

Além disso, Lira articulou para que o texto fosse aprovado sem alteração em relação ao do Senado, a fim de que não precisasse passar por nova apreciação na Casa vizinha. O relator na comissão especial, Danilo Forte (União-CE), ainda ensaiou beneficiar outros segmentos na PEC, como motoristas de app, mas precisou recuar para não descumprir o acordo de que a proposta não sofresse mudanças.

Para que a PEC fosse apreciada em plenário nesta quinta, Lira marcou uma sessão para as 6h30 -que foi encerrada às 6h31. Com isso, terminou o prazo de duas sessões de vista coletiva -manobra da oposição para atrasar a tramitação.

A sessão também serviu para deputados registrarem presença -os que retornaram a seus estados puderam votar remotamente por meio do aplicativo Infoleg. Mesmo assim, não foi possível obter o quórum necessário.

Na comissão especial, o texto foi aprovado por 36 votos a 1 em uma sessão que durou seis horas e meia. No colegiado, o Novo, que se manifestou contra a proposta, foi o único partido a votar "não".

A PEC dos benefícios sociais foi apensada à PEC 15, que acrescenta uma garantia de situação tributária vantajosa para os combustíveis não poluentes ao artigo da Constituição que trata sobre o direito de todos os brasileiros a um ambiente ecologicamente equilibrado.

O texto não estabelece exatamente as alíquotas dos **tributos** que devem incidir sobre os biocombustíveis. Esses percentuais devem ser estabelecidos por meio de lei complementar.

A PEC que amplia benefícios sociais, por sua vez, tem custo total de R\$ 41,25 bilhões -maior que os R\$ 38,75 bilhões acertados originalmente.

A proposta prevê a ampliação temporária do Auxílio

Brasil em R\$ 200, levando o mínimo a R\$ 600 até o fim do ano. O custo da medida é estimado em R\$ 26 bilhões para concessão do benefício por cinco meses - de agosto a dezembro. O texto também autoriza o governo a zerar a fila do Auxílio Brasil. Para dobrar o valor do Auxílio Gás, o custo é de R\$ 1,05 bilhão.

A proposta prevê auxílio financeiro de R\$ 2 bilhões a taxistas, concedido entre 1º de julho e 31 de dezembro. A PEC também destina R\$5,4 bilhões para a criação de um auxílio de R\$ 1.000 a caminhoneiros autônomos com vigência entre 1º de julho e 31 de dezembro.

O texto aumenta em R\$ 500 milhões a suplementação do programa Alimenta Brasil, que financia a aquisição de alimentos para doação a famílias de baixa renda. Há ainda R\$ 2,5 bilhões em transferência para estados e municípios subsidiarem seus sistemas de transportes públicos.

A oposição critica a proposta -na comissão especial, no entanto, votou a favor. A ampliação de benefícios sociais é uma pauta de partidos de esquerda.

André Mendonça nega pedido para suspender tramitação

O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou nesta quinta-feira (7) um pedido de liminar (decisão urgente) do deputado Nereu Crispim (PSD-RS) para suspender a tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição). Mendonça justificou que uma eventual apreciação da PEC pela Câmara não impede a sua posterior anulação, se for o caso, por violação do devido processo legislativo. Por isso, argumentou que não há motivo para conceder uma decisão urgente que impeça sua tramitação.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

66

# Bolsonaro edita decreto para obrigar postos a exibir valores antes de teto para ICMS

**Marianna Holanda** *brasil*

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) vai obrigar os postos a exibir de forma clara e ostensiva os preços dos combustíveis praticados em estabelecimentos antes da lei que impôs teto de 17% no ICMS.

De acordo com o Planalto, a finalidade é permitir que os consumidores possam compará-los com os valores cobrados no momento da compra. A medida foi feita por meio de decreto.

A determinação ocorre a menos de três meses do pleito, e o aumento no preço dos combustíveis e a **inflação** são vistos como principais obstáculos à campanha de reeleição.

Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto. De acordo com o mais recente Datafolha, Lula soma 19 pontos de vantagem, com 47% das intenções de voto ante 28% do mandatário.

A data escolhida pelo governo para que os preços fiquem expostos em postos de gasolina é 22 de junho -um dia antes de o presidente sancionar a lei que fixa um teto para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis

"Os postos revendedores de combustíveis automotivos deverão informar aos consumidores de forma correta, clara, precisa, ostensiva e legível", afirma a Secretária-geral da Presidência em um **comunicado** sobre a iniciativa.

O Planalto frisou que um decreto de 2021 já determina a divulgação de informações aos consumidores referentes aos preços dos combustíveis.

"Com o decreto ora editado, complementarão decreto nº 10.634, de 2021, o consumidor poderá comparar os preços praticados no posto com os preços antes da redução dos **tributos**", diz.

"O objetivo final é oferecer ao cidadão comum um instrumento de transparência que lhe permita identificar, de maneira fácil, rápida e prática, os postos que estão comercializando combustíveis com menores preços e, portanto, decidir onde abastecer o seu veículo."

Ainda de acordo com o texto, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e os órgãos de defesa do consumidor orientarão os postos sobre a medida e garantirão ao consumidor a transparência dos preços dos combustíveis.

Na nota do Palácio do Planalto, não fica claro se haverá alguma punição em caso de descumprimento.

Para integrantes do governo, a medida não terá efetividade no combate ao aumento do preço dos combustíveis. Trata-se mais de uma iniciativa simbólica, avaliam.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49966>

# Brasil, ressaca depois do estelionato (Artigo)

**Vinicius Torres Freire** *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

O consumo e o emprego no segundo trimestre andaram quase no mesmo ritmo do início do ano, segundo indicadores e medidas de grandes bancos que tentam antecipar as medidas bem mais amplas e "oficiais", as do IBGE. Não dá para dizer grande coisa do **PIB**, que depende muito de números de investimento e comércio exterior. Mas, em termos de temperatura econômica "nas ruas", a situação não mudou grande coisa.

Na economia do dia a dia e de percepções de curto prazo, que interessam mais à política, esses indicadores de instituições financeiras sugerem que não teria havido impacto negativo na situação eleitoral de Jair Bolsonaro \_ao contrário.

Por ora, as previsões de **PIB** no vermelho (tamanho da economia encolhendo) no terceiro trimestre também ainda não parecem à vista. Podem ser ainda mais adiadas, graças às reduções de **impostos** e aos aumentos de gastos, como o aumento do Auxílio Brasil e outros previstos na PEC "dos Bilhões", "Kamikaze" ou o nome que se dê.

Essa proposta de emenda à Constituição deve ser aprovada e sancionada na semana que vem. O governismo decidiu adiar a votação por precaução (nesta quinta-feira, não havia folga suficiente de votos, deputados presentes o bastante).

Os indicadores de condições financeiras da economia, porém, continuam a azedar. Isto é, o óleo que faz o motor da economia girar mais suave ou rapidamente está acabando ou queimando. Juros no Brasil, juros no mundo, risco Brasil, preço do dólar, preço de commodities, preço das ações nas Bolsas, tudo tem piorado.

O real voltou a se desvalorizar rapidamente, as taxas de juros no atacado de mercado de dinheiro subiram (a "curva a termo"), preços de commodities relevantes para o Brasil começaram a andar de lado ou a cair, as taxas de juros das economias ricas ainda vão aumentar (na eurozona, o show nem começou ainda).

Afora milagres ou reversões abruptas, não há como evitar uma desaceleração econômica aqui no Brasil também, em algum momento entre este segundo semestre e o primeiro do ano que vem, com algum

risco de pequena recessão em 2023.

Além de todo entulho, da crise crônica, há outros problemas encomendados recentemente para 2023, como receitas menores e gastos maiores, estados e municípios tendo de apertar os cintos, graças às baixas do ICMS (e o primeiro corte virá, claro, nos investimentos em obras e equipamentos).

A incerteza a respeito de como vão ser consertados ou remendados estragos novos e velhos deve colocar mais areia no motor, assim como a desmoralização extra da política econômica por causa dos estelionatos do bolsonarismo.

Em resumo, isso quer dizer que a ressaca pós-eleitoral vai ser maior. O problema vai ser parecido tanto no caso de reeleição de Bolsonaro como em caso de vitória da oposição, de Lula da Silva (PT), mais provavelmente. Bolsonaro terá apenas o problema adicional de confirmar inteiramente o estelionato, cortando o Auxílio Brasil, elevando **impostos** e fazendo o arrocho adicional necessário, ou de dobrar a aposta, adubando a ruína.

Recorde-se que ainda estão no programa de promessas o reajuste dos salários dos servidores e pressão maior de gastos (ou de gastos ineficientes) com o aumento do valor do pacote de emendas parlamentares, para ficar no básico.

Além do mais, a conta de juros da dívida pública vai aumentar para valer a partir do trimestre final deste ano, com o que o déficit do governo será maior. Caso o IPCA passe a aumentar menos mesmo, o aumento de receitas e a engorda artificial do **PIB** devidos à **inflação** vão ter fim. A dívida pública vai voltar a crescer de modo preocupante. Isso não vai prestar.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

66



# Analistas veem risco maior de inflação mais alta em 2023

*Larissa Garcia De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187266](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187266)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187266](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187266)

## Em defesa do teto do ICMS



*luana patriolino*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu, ontem, com a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar das novas regras da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A assessoria do tribunal informou que não tem detalhes sobre a reunião entre a magistrada e o ministro.

A pauta abordada pelos dois diz respeito à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7195, da qual Rosa Weber é relatora. No processo, governadores do Distrito Federal e de 11 estados (Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará) contestam a Lei Complementar 194/2022, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que classifica combustíveis, gás natural, energia elétrica, e comunicações como bens e serviços essenciais.

Com a mudança, os entes federativos são impedidos de aplicar taxa superior à alíquota geral do imposto, que varia de 17% a 18%, a depender do local. O tema é de amplo interesse do governo federal, que tenta conter a **inflação** e o preço dos combustíveis em ano eleitoral. Estados e municípios criticaram o projeto, temendo perder uma arrecadação bilionária.

"Trata-se de um intervencionismo sem precedentes da União Federal nos demais entes subnacionais, por meio de desonerações tributárias heterônomas, em ofensa às regras de repartição de competências postas na Constituição Federal de 1988, violação da autonomia financeira dos entes subnacionais e ônus excessivo e desproporcional aos cofres estaduais e

municipais", diz um trecho da ação dos estados.

Para evitar mais críticas dos governadores, o Congresso sugeriu itens que previam mecanismos parciais de compensação financeira aos estados devido à limitação da alíquota do ICMS. Bolsonaro, porém, vetou os trechos.

Em 1º de julho, Rosa Weber decidiu levar a ação diretamente a plenário. No entanto, o processo ainda não tem data para ocorrer. A ministra ainda determinou que o governo, a Câmara dos Deputados e o Senado se manifestem, em um prazo de 10 dias, sobre a lei.

O STF cumpre o período de recesso do Judiciário. Rosa Weber trabalha em regime de plantão na Corte, que pode ser acionada para demandas consideradas urgentes.

Presidente do Supremo, o ministro Luiz Fux deve assumir a função a partir de 16 de julho.

# Educação em frangalhos (Editorial)

## Correio Braziliense

Uma pesquisa divulgada nesta semana mostrou o triste dado de que o Brasil desperdiça 40% do talento de suas crianças, ou seja, apenas 60% do capital humano potencial, nascido em 2019, será alcançado ao completar 18 anos. Os cálculos integram um estudo inédito do Banco Mundial ? o Human Capital Project ? iniciativa lançada para servir de alerta aos governos quanto à importância do investimento em pessoas.

Nesta semana, coincidentemente, também foi disseminada a notícia de que o mineiro Arthur Abrantes, natural de Paracatu (MG), tornou-se, há pouco mais de um mês, o primeiro brasileiro negro formado na Universidade de Harvard, uma das mais conceituadas instituições de ensino do mundo. E isso em 2022.

O relatório mais recente do Plano Nacional de Educação (PNE), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), em 24 de junho, revela que 35 indicadores apresentados no documento estão com nível de execução menor do que 80%. Este é o 8º ano do PNE, proposto em 2014 com vistas a 2024 como parâmetro de como a educação brasileira está em um prazo de 10 anos.

A dois anos de chegar ao fim, seria plausível que todos ou quase todos os indicadores tivessem alcançado o percentual. De 56 indicadores, a estimativa é de que apenas 43 conseguiram chegar a pelo menos 50% do esperado ? o que é considerado pelo coordenador-geral de Instrumentos e Medidas Educacionais do Inep, Gustavo Henrique Moraes, como um "avanço limitado" da educação brasileira durante a vigência do PNE.

Outro dado que chama a atenção são as taxas de proficiência escolar, medida pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) do Inep. Essa avaliação é feita no 2º ano do ensino fundamental. E o dado que se tem é que apenas 34,2% dos estudantes nesse estágio podem ser considerados alfabetizados na língua pátria ? no caso, na língua portuguesa e somente 31,7% estão no nível desejado de compreensão matemática.

Não bastando o item anterior, o atendimento escolar de crianças entre 6 e 14 anos retrocedeu para o nível anterior ao PNE, isto é, a taxa de cobertura caiu abaixo de 96% pela primeira vez em 10 anos, sendo que a meta do Plano é de que todas as crianças nessa

faixa etária estejam na escola, sem exceção.

De acordo com a Unesco, quatro em cada cinco países do mundo destinam menos de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para investimentos em pesquisas científicas, com destaque para a China e os Estados Unidos, que concentram 60% da produção. No Brasil, a porcentagem é de 1,26%, contra 1,79% da média mundial. O valor investido pelo governo federal em 2020 em ciência e tecnologia ? R\$ 17,2 bilhões ? foi menor do que o montante aplicado em 2009 ? R\$ 19 bilhões.

E, por fim, o Brasil ainda tem pela frente uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a investigar denúncias de corrupção no Ministério da Educação. Embora as apurações devam ficar para depois das eleições, a oposição ameaça recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que os trabalhos do colegiado sejam iniciados o mais prontamente possível.

O que todos esses fatos têm em comum? A educação brasileira pede socorro. E isso inclui uma grande parcela de pessoas ? professores, instrutores, disciplinários, diretores, supervisores? enfim, servidores de toda a cadeia educacional deste país estão agonizando. A caminhada é longa e depende da criação de bases sólidas, do ensino básico ao superior, seja ele público ou privado. E isso em 2022.

# Votação da PEC dos auxílios adiada por falta de quórum



“

Só para esclarecer, não vou arriscar nem essa PEC nem a próxima PEC [piso salarial para os enfermeiros] com esse quórum na Câmara hoje, 427 [deputados]. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos”

■ Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) adiou para a próxima terça-feira a votação das propostas de emenda à Constituição 15/22, que estabelece estado de emergência para destinar R\$ 41,5 bilhões em benefícios sociais até dezembro, e 11/22, que cria o piso salarial da enfermagem. No fim da sessão de ontem, apenas 427 deputados tinham registrado presença, mas 394 votaram um requerimento de encerramento da discussão da PEC 15/22. Nessa votação, a base conseguiu apenas 303 votos. São necessários 308 para aprovar uma PEC. "Não vou arriscar nem essa PEC nem a próxima", disse Lira antes de encerrar a votação e reconvocar os trabalhos para a próxima terça-feira. Mais cedo, a comissão especial havia aprovado as duas propostas.

Apesar da urgência do governo para aprovação dos novos benefícios, para que possa começar a pagá-los em agosto, Arthur Lira disse não querer "arriscar" a votação com o número de parlamentares presentes (427). A oposição pressiona contra a proposta por considerar que é tentativa ilegal do governo de impulsionar a pré-campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro. "Só para esclarecer, não vou arriscar nem essa PEC nem a próxima PEC [piso salarial para os enfermeiros] com esse quórum na Câmara hoje, 427 [deputados]. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos", afirmou Lira.

A PEC do estado de emergência permite ao governo gastar por fora do teto de gastos mais R\$ 41,25 bilhões em benefícios. Há previsão de aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, auxílio de R\$ 1 mil para caminhoneiros, vale-gás de cozinha e reforço ao programa Alimenta Brasil, além de recursos extras para taxistas, financiamento da gratuidade no transporte coletivo de idosos e compensações para os estados que reduzirem a carga tributária dos biocombustíveis. A fim de viabilizar os gastos em ano

eleitoral (vedado pela legislação) e contornar exigências legais e da própria Constituição (teto de gastos/Emenda Constitucional 95), a proposta institui um estado de emergência até 31 de dezembro de 2022.

Na tarde de ontem, a comissão especial aprovou, por 36 votos a 1, substitutivo do relator da proposta, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), no qual ele incorpora à PEC 15/22 todo o texto da PEC 1/22, que originalmente prevê o estado de emergência e já aprovada pelo Senado. Esse texto foi apensado à PEC 15/22, que em sua origem tratava apenas de alíquotas menores para biocombustíveis em relação aos combustíveis fósseis.

Após a aprovação no colegiado, o relator afirmou que a proposta do estado de emergência retribui a dignidade ao povo brasileiro, em um momento em que a pobreza cresceu em todo o país. "O que estamos fazendo é distribuição de renda na base da sociedade, para aqueles que não podem enfrentar a **inflação** crescente", disse Forte.

**BIOCOMBUSTÍVEIS** O parecer da PEC 15 inclui a PEC 1/22, oriunda do Senado. Originalmente, a PEC 15 tratava de estímulos tributários aos biocombustíveis, que tramita em conjunto. O texto do relator é um substitutivo que consolida as duas PECs sem alterar o mérito já aprovado pelos senadores. Em relação aos biocombustíveis, o texto aprovado determina ao poder público a criação de um regime fiscal favorecido para beneficiar o consumidor final, a ser instituído por lei complementar. O regime deve assegurar aos combustíveis renováveis (como o etanol) tributação inferior à dos combustíveis fósseis (como gasolina e diesel). A intenção é diminuir o impacto de medidas recentes aprovadas pelo Congresso Nacional que reduziram a tributação da gasolina e diesel, tornando o etanol menos vantajoso para o consumidor.

Durante a discussão na comissão especial, deputados da base governista defenderam a aprovação do parecer. "Num momento de crise mundial, estamos devolvendo [recursos] a quem mais precisa", disse o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM). O deputado Victor Mendes (MDB-MA) rebateu a acusação da oposição de que a proposta é eleitoreira e visa apenas garantir mais um mandato para o presidente

Jair Bolsonaro. "Ela pode estar vindo até no momento atrasado, mas desqualificar essa PEC é um desserviço. Ela vem para amenizar o sofrimento da nossa população", disse.

Os partidos contrários à PEC alegaram que a proposta tem "caráter eleitoreiro". A deputada Sâmia Bonfim (Psol-SP) afirmou que a prova disso é que o aumento dos benefícios sociais só vai vigorar este ano. "Eu me pergunto se há alguma perspectiva de recuperação do país a partir de 1º de janeiro [de 2023]", declarou. Crítica semelhante fez o deputado Reginaldo Lopes (MG), líder do PT. "Não se justifica reconhecer estado de emergência com data para iniciar e para terminar. A data é dentro do processo eleitoral", disse. Apesar das ressalvas, os partidos votaram a favor da ampliação dos benefícios sociais, sob a alegação de que isso sempre foi bandeira da oposição. Também houve críticas ao impacto fiscal das medidas. Para o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), que deu o único voto contrário, a proposta tem potencial inflacionário, que pode "corroer os auxílios que estão sendo dados".

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/07/2022/p1>

# Poupança tem fuga de R\$ 50,5 bi no semestre

**Nathalia Garcia** *brasil*

As retiradas em cadernetas de poupança superaram os depósitos em R\$ 50,5 bilhões no primeiro semestre, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta quinta-feira (7).

Esse é o maior volume de resgate para o período na série histórica do BC, iniciada em janeiro de 1995. O recorde negativo anterior era do primeiro semestre de 2016, quando houve saque líquido de R\$ 42,61 bilhões.

Em 2015, a saída registrada nos primeiros seis meses do ano foi de R\$ 38,54 bilhões. Na época, a economia brasileira atravessava recessão.

A captação negativa do semestre supera o resultado do ano passado como um todo. Em 2021, a modalidade teve saque de R\$ 35,5 bilhões.

O fluxo de recursos na poupança passou a acumular retiradas significativas em 2021, quando o poder de compra do brasileiro caiu significativamente diante de uma **inflação** de dois dígitos e um intenso choque de juros.

Segundo o IBGE, o IPCA atingiu 11,73% no acumulado de 12 meses até maio. Com a entrada dos dados de junho, o IPCA-15 passou a acumular alta de 12,04% em 12 meses ao subir 0,69%.

Além do impacto da **inflação** na renda dos consumidores, a poupança perde competitividade diante de outros tipos de investimento com o alto nível da taxa básica de juros (Selic), que atualmente está em 13,25% ao ano.

A poupança registrou captação negativa em cinco dos seis meses do ano. Maio foi a única exceção. Houve saque líquido de R\$ 3,76 bilhões em junho, quando as saídas de recursos na modalidade somaram R\$ 312,369 bilhões, e os depósitos totalizaram R\$ 38,613 bilhões.

Com o resultado de junho e o rendimento de R\$ 6,31 bilhões creditados no mês, o saldo da poupança (ou seja, o volume total aplicado) atingiu R\$ 1,013 trilhão, ante R\$ 1,011 trilhão em maio.

A divulgação anterior do relatório de poupança havia sido feita em abril devido à greve dos servidores do BC, que chegou ao fim na terça-feira (5). Com isso, os dados de maio e junho foram publicados pela autoridade monetária com defasagem.

Atualmente, a caderneta de poupança rende 0,50% ao mês (ou 6,17% ao ano), mais a TR (taxa referencial). O indicador é calculado pelo BC com base nas taxas de juros das Letras do Tesouro Nacional e tem flutuação diária. A regra da poupança mudou em dezembro do ano passado com a elevação da Selic acima de 8,5% ao ano.

Em meio à escalada da Selic, a TR, que ficou nula de setembro de 2017 até o fim de 2021, também sobe. Quando o juro está menor ou igual a 8,5% ao ano, o investimento é limitado a 70% da taxa, mais TR.

Conselho do FGTS aprova juros menores para habitação

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aprovou, nesta quinta-feira (7), medidas que o setor da construção espera serem capazes de destravar o programa habitacional Casa Verde e Amarela, impactado pela alta de custos e pela queda da renda de famílias, pressionadas pelo aumento da **inflação**.

Também foi aprovada a redução dos juros para o programa Pró-Cotista, voltado para quem não se enquadra no Casa Verde e Amarela.

Segundo o secretário Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional, Alfredo Santos, haverá redução até o final do ano da taxa de juros. Para imóveis avaliados em até R\$ 350 mil, os juros cairão para 7,66% ao ano. Para acima desse valor e de até R\$ 1,5 milhão, a taxa será de 8,16% ao ano. O programa Pró-Cotista permite financiamentos entre 5 e 20 anos e não tem limite de renda familiar.

Os limites de renda familiar mensal bruta para conseguir financiar um imóvel pelo Casa Verde e Amarela foram ampliados. A subfaixa 1 do programa habitacional, de renda entre R\$ 2.400 e R\$ 2.600, teve o teto ampliado para R\$ 3.000. A faixa mais baixa, de até R\$ 2.400, foi mantida. O conselho também aprovou a elevação de valores do grupo intermediário

-que subiu de R\$ 2.600 a R\$ 4.000 para R\$ 3.000 a R\$ 4.400- e do grupo de renda maior, que passou de R\$ 4.000 a R\$ 7.000 para R\$ 4.400 a R\$ 8.000.

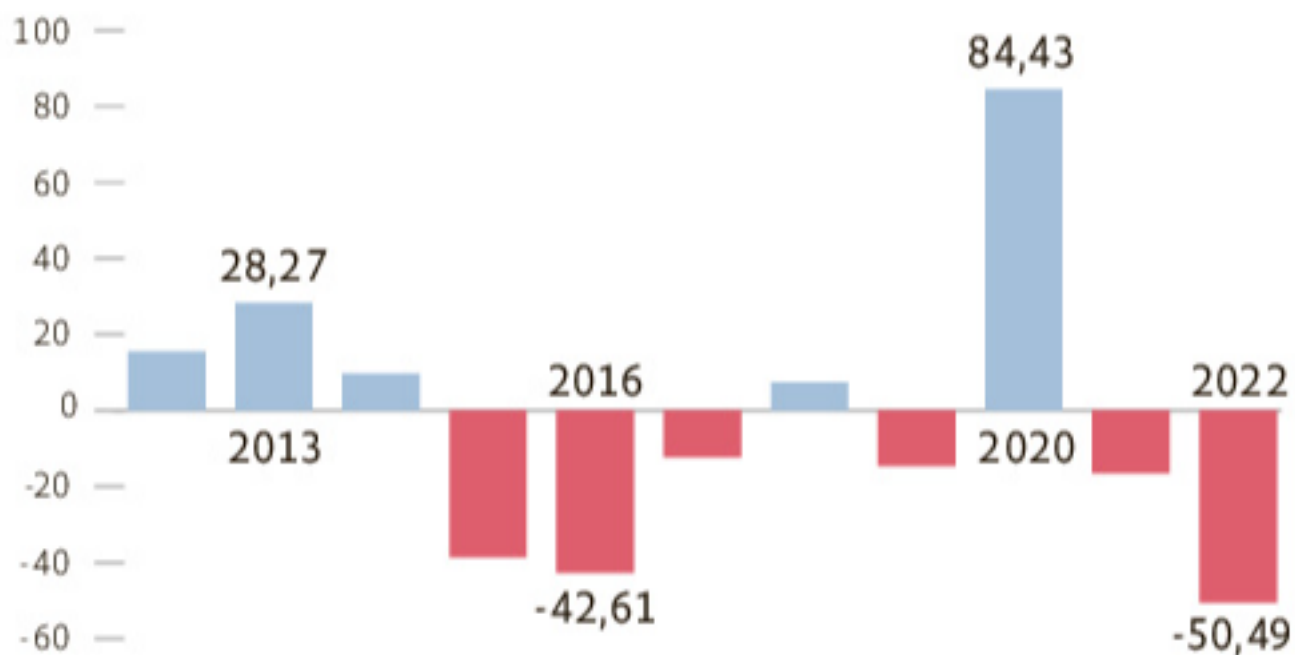
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**66**

## Captação líquida da poupança no 1º semestre

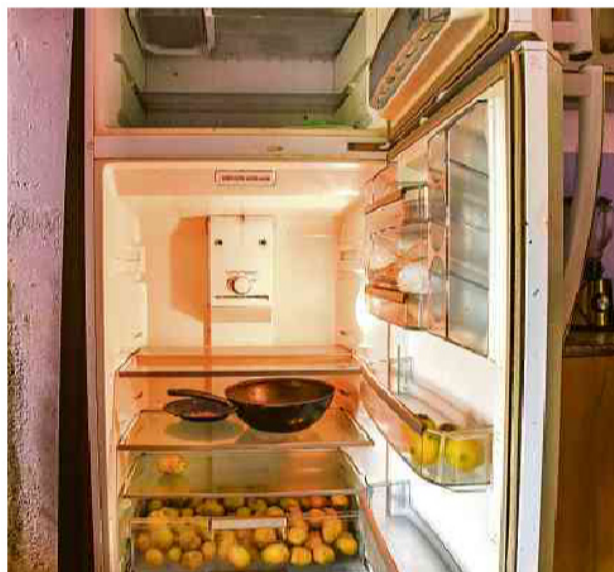
Em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central



# Insegurança alimentar afeta 61 milhões de brasileiros, e 15 milhões passam fome, diz ONU



Geladeira vazia em casa na região de Parelheiros, bairro na periferia de São Paulo Karime Xavier - 18.nov.21/Folhapress

**Douglas Gavras** são paulo

No Brasil, 61,3 milhões (3 em cada 10 habitantes) convivem com algum tipo de insegurança alimentar, sendo que 15,4 milhões se encontravam em situação grave -passando fome-, no período de 2019 a 2021, aponta relatório das Nações Unidas.

Pelos países com dados comparáveis relacionados pela ONU, o Brasil é o que tem mais pessoas em algum grau de insegurança alimentar (moderada ou grave) nas Américas e o quinto no mundo, no período até 2021.

Houve um aumento significativo na comparação com o período de 2014 a 2016, quando 37,5 milhões passavam por algum nível de insegurança alimentar e 3,9 enfrentavam o nível grave.

Os dados são do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo em 2022" divulgado na quarta (6) por cinco agências da ONU.

Segundo a organização, o estado de insegurança alimentar moderada ocorre quando as pessoas enfrentam incertezas sobre sua capacidade de obter alimentos e são forçadas a reduzir, algumas vezes

durante o ano, a qualidade ou quantidade de alimentos que consomem.

Já a insegurança alimentar grave ocorre quando, em algum momento do ano, a pessoa ficou sem comida e passou fome por um dia ou mais.

No mundo, o número de pessoas que são afetadas pela fome aumentou para 828 milhões no ano passado -um crescimento de 46 milhões desde 2020 e de 150 milhões desde o início da pandemia.

Os dados relativos ao período da pandemia de Covid-19 preocupam: após ficar sem alterações desde 2015, o percentual de pessoas no mundo afetadas pela fome saltou em 2020 e continuou subindo no ano seguinte, atingindo 9,8% da população mundial, ante 8% em 2019 e 9,3% em 2020.

Cerca de 3,1 bilhões não conseguiram pagar por uma alimentação saudável em 2020, aumento de 112 milhões em relação a 2019, refletindo os efeitos da **inflação** nos preços dos alimentos decorrentes dos impactos econômicos da pandemia e das medidas tomadas para contê-la.

Olhando para a frente, as projeções são que cerca de 670 milhões (8% da população mundial) ainda enfrentarão a fome em 2030 -mesmo que uma recuperação econômica seja levada em consideração.

"No momento em que este relatório está sendo publicado, a Guerra da Ucrânia, envolvendo dois dos maiores produtores globais de cereais básicos, oleaginosas e fertilizantes, está interrompendo as cadeias de suprimentos internacionais e elevando os preços de grãos, fertilizantes, energia, bem como alimentos terapêuticos prontos para uso por crianças com má nutrição grave", diz a ONU.

Com a disparada dos preços e a queda na renda, a falta de comida tem preocupado cada vez mais os brasileiros e sido tema recorrente nas conversas de família e em pesquisas divulgadas recentemente.

No mês passado, foi divulgado que 33 milhões de pessoas passam fome no país, segundo apontou a

segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Penssan -um patamar semelhante ao que havia sido registrado há três décadas.

Além disso, pesquisa Data-folha feita em 22 e 23 de junho, apontou que, para 26% dos entrevistados, a comida disponível nos últimos meses era abaixo do suficiente, enquanto 62% julgaram ser suficiente e apenas 12% diziam acreditar ser mais do que o suficiente.

Embora as pesquisas tratem do mesmo tema, as metodologias são diferentes, o que impede a comparação entre elas. As estimativas da FAO são baseadas na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar e consideram duas categorias: insegurança alimentar moderada ou grave (combinada) e apenas insegurança alimentar grave.

A pesquisa da Rede Penssan é uma amostra de domicílios usando quatro categorias de gravidade da insegurança alimentar segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave.

Já a do Datafolha é uma amostra com a população brasileira adulta (16 anos ou mais). Outro ponto é que, no Datafolha, a resposta se dá pelo que o entrevistado entende por "falta de comida", em uma única pergunta.

O documento da ONU é uma produção conjunta da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), do Fida (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), do WFP (Programa Mundial de Alimentos da ONU) e da OMS (Organização Mundial da Saúde).

O relatório também inclui orientações de como os governos podem reformular políticas públicas em apoio a agricultura, para reduzir o custo de uma alimentação saudável, considerando a limitação cada vez maior de recursos em diferentes partes do mundo.

"Este relatório destaca repetidamente a intensificação desses principais fatores de insegurança alimentar e má nutrição: conflitos, choques climáticos e choques econômicos, combinados com as crescentes desigualdades", escreveram as cinco agências da ONU.

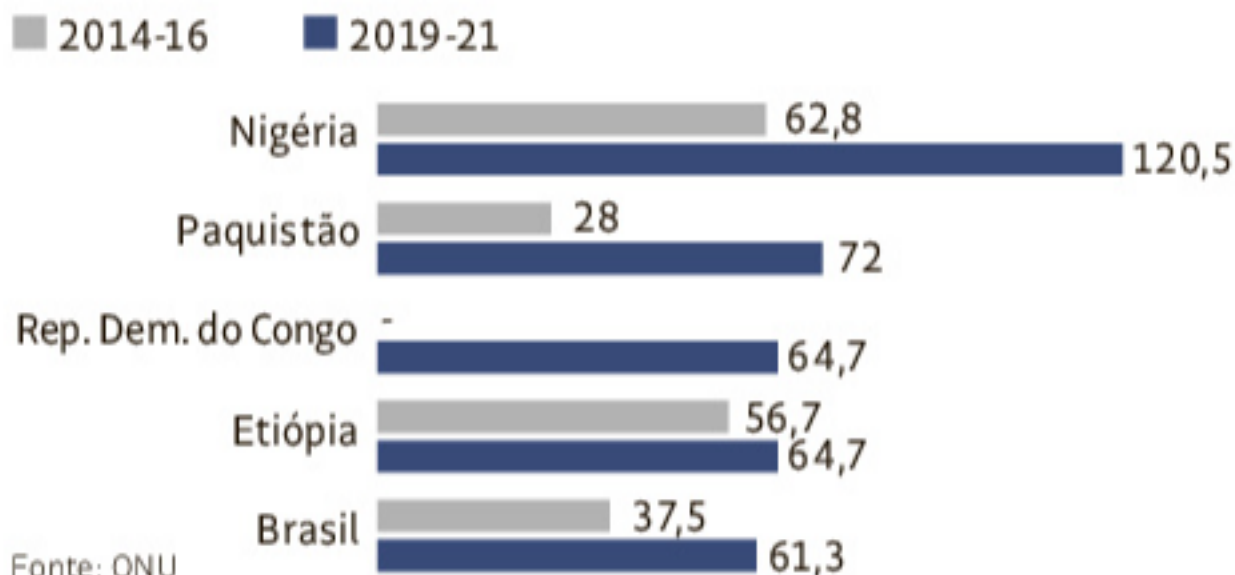
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**66**

## Falta comida

Pessoas em insegurança alimentar moderada ou grave, em milhões



# Temores com recessão e gás fazem euro desabar ante dólar

Se o euro fosse um avião, os alarmes estariam soando agora. A moeda comum europeia atingiu seu valor mais baixo em 20 anos. Se continuar caindo, em breve poderá alcançar a paridade com o dólar.

A última vez em que a moeda comum europeia valeu um dólar foi no início de dezembro de 2002. Na manhã da quarta-feira (6), o euro caiu para a marca de 1,02 dólar, ou dois centavos de dólar abaixo da cifra do dia anterior. Há um ano, era cotado a cerca de 1,18 dólar.

Especialistas já não descartam a possibilidade de as duas moedas atingirem a paridade novamente em breve. O euro chegou a um ponto mais baixo em 5 de julho de 2001, quando foi negociado a 0,8380 dólar.

O tombo da moeda europeia se deve principalmente aos temores de uma recessão. Acima de tudo, o risco de um congelamento do fornecimento de gás preocupa os mercados financeiros, porque isso paralisaria a economia na Alemanha e na Europa. "A situação ainda é boa, mas é frágil", afirmou Ulrich Leuchtmann, especialista em câmbio do Commerzbank, à rádio Deutschlandfunk.

Uma moeda fraca também pode ter suas vantagens, pois ajuda as empresas exportadoras. Afinal, os produtos domésticos ficam mais baratos no exterior, o que impulsiona as vendas. Ao mesmo tempo, porém, o poder de compra também é exportado para o exterior, que passa a comprar produtos alemães e europeus mais baratos.

De qualquer forma, a vantagem para as empresas exportadoras locais só existe enquanto os empresários alemães fabricarem seus produtos inteiramente na Alemanha ou na zona do euro e depois os exportarem, afirma Sonja Marten, especialista em câmbio do DZ-Bank.

"Uma vez que eles compram produtos primários de países de fora da UE [União Europeia] ou que sejam produzidos usando muita energia, esse cálculo deixa de fazer sentido", diz ela, apontando que as fontes energéticas em particular são faturadas em dólares.

O aumento dos preços da energia foi a principal razão pela qual a balança comercial externa da Alemanha foi negativa em junho pela primeira vez em muitos anos, o que significa que o país importou mais - incluindo

petróleo e gás - do que exportou.

Os altos preços de importação, especialmente de energia, também estão impulsionando a **inflação**. E isso não é bom para o Banco Central Europeu (BCE). Afinal, ele quer contrabalançar a **inflação** com aumentos planejados das taxas de juros.

Ao mesmo tempo, contudo, o BCE não deve fazer isso muito rapidamente, senão corre o risco de paralisar a economia.

"Ele poderia primeiro tentar intervir verbalmente", analisa Marten. Mas a experiência mostra que é mais provável que isso atraia especuladores, que poderiam empurrar novamente para baixo, em poucos dias, a taxa do euro.

O movimento descendente dos últimos dias, contudo, já é incomum: "Isso mostra o nervosismo dos mercados", afirma Marten. Portanto, a especialista não exclui a possibilidade de paridade ou mesmo de uma avaliação de curto prazo abaixo dessa marca.

O fato de o euro estar tão fraco em relação ao dólar sempre tem relação com a avaliação da moeda americana. "O Banco Central americano, o Fed, está definindo o ritmo novamente", explica o economista-chefe da Allianz Michael Heise. A instituição está tomando medidas contra a **inflação** e já começou a aumentar as taxas de juros.

Isso já assustou o mercado de ações, por temor a uma recessão nos EUA, diz Marten. Mas agora os olhos estão voltados para a Europa: se a economia americana entrar em colapso, a recessão também atingirá o continente europeu.

Contudo, os mercados financeiros agora esperam que o Fed adote uma postura mais cautelosa, observa Heise, economista-chefe do HQ Trust.

Se o BCE realmente fizer o primeiro aumento da taxa de juros em julho e outros aumentos se seguirem, talvez até elevando as taxas de juros um pouco mais do que se pensava, ele acredita que isso poderia ajudar a taxa de câmbio do euro novamente.

Assim, a moeda poderia voltar a ser cotada a 1,10 dólar, ou até mais. Atualmente, Heise considera que o

poder de compra do dólar está supervalorizado de qualquer maneira.

Os mercados estão nervosos por causa da incerteza. Se o gás da Rússia continuar chegando aos países europeus, isso também deve ajudar o euro, espera Ulrich Leuchtmann, do Commerzbank.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49966&anchor=6459067&pd=f454f8efd4ac9af407fa909d24d779e3>**

# PEC é o 'golpe de misericórdia' - ELIANE CANTANHÊDE



**ELIANE CANTANHÊDE**

Os adversários e os que têm pavor da reeleição do presidente Jair Bolsonaro, vermelhos, azuis ou roxos, insistem no mesmo erro de 2018: menosprezar suas chances. Basta olhar as fotos, a milícia digital, a omissão da PGR, a ação da AGU, os decretos, as votações do Congresso e a montanha de dinheiro que ele vai torrar (ou está torrando) na compra de votos para concluir que a eleição não está decidida.

É temerário contar só com a rejeição, altíssima.

Na previsão palaciana, Bolsonaro ultrapassaria o ex-presidente Lula em junho, julho, mas ele estacionou nas pesquisas e só teve más notícias: expectativa de vitória de Lula em primeiro turno, assassinato de Dom e Bruno, prisão de Milton Ribeiro, CPI do MEC, Petrobras, escândalo da CEF. E a **inflação** inclemente...

Bateu o desespero e, se Bolsonaro jamais deixou de ser candidato e virou presidente, o Planalto se transformou definitivamente em comitê de campanha, botando para quebrar e com um novo prazo para "virar o jogo": agosto. A "reunião ministerial" de terça-feira não foi para discutir as mazelas do País, mas um freio

de arrumação na campanha.

Toda a estratégia passa pelo governo: caneta, verbas, base no Congresso, aliados no Judiciário, ministros e até os aviões que cruzam os ares com presidente e ministros travestidos de cabos eleitorais. Mas, ao contrário de Pedro Guimarães na CEF e de Milton Ribeiro no MEC, tem de dissimular...

Exceto a derrubada dos vetos a duas leis da Cultura, Bolsonaro só colheu vitórias num Congresso do Centrão e do orçamento secreto: a PEC da reeleição passou no Senado quase por unanimidade, foi mantida intocada na Câmara e aprovada em um minuto (um minuto!), no fim da madrugada, para comprar os votos já em agosto. E quem vai se interessar por CPI do MEC depois das eleições?

O Planalto também madrugou, com o decreto para os postos exibirem os preços dos combustíveis antes e depois da garfada no ICMS dos Estados. Só faltou mandar incluir: votem em Bolsonaro! Ele não jogou fora escrúpulos que nunca teve, mas é chocante ver os três Poderes e a Defesa embolados numa única "emergência" do País: o medo de derrota do presidente.

Depois de explodir teto de gastos, responsabilidade fiscal, órgãos de fiscalização e o Ministério da Economia, a era Bolsonaro recorre ao "estado de emergência" (só até dezembro...) para fazer picadinho da lei eleitoral e do resto dos princípios básicos da economia. A PEC da reeleição tem uma pilha de nomes, mas um leitor, roxo de raiva e pavor, lhe deu um definitivo: "golpe de misericórdia".

Não sobra nada para destruir. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Johnson renuncia e trava governo em meio a crise econômica e escândalos

Um dos premiês britânicos mais controvertidos, Boris Johnson renunciou ontem ao cargo 1.077 dias após tomar posse, em uma gestão marcada pelo populismo na campanha eleitoral, pela implementação do Brexit e uma mudança de visão sobre o combate à pandemia. Ele não resistiu a uma crise econômica aguda e a uma sequência de escândalos - das festas ilegais no gabinete durante a pandemia a suspeitas de conflito de interesse na nomeação de funcionários.

A perda de apoio no Partido Conservador o forçou a deixar o cargo.

Johnson enfrentou nos últimos dias renúncias em massa de secretários, ministros e assessores, com mais de 50 funcionários do gabinete abandonando seus postos. Um novo premiê deve ser escolhido pelo partido até outubro. Para isso, o primeiro passo é a eleição para quem será o novo líder do Partido Conservador, que será definida pela bancada torie na Câmara dos Comuns.

Essa votação às vezes traz surpresas e nem sempre o favorito é o escolhido pelos deputados.

Ontem mesmo, deputado britânico Tom Tugendhat anunciou sua pretensão de suceder a Johnson.

O processo de campanha deve durar três meses e, ao final dele, a rainha Elizabeth convida o vencedor a formar um governo.

Até lá, Johnson fica no posto, à frente de um governo ,na prática, paralisado.

Johnson fez um pronunciamento à imprensa diante da sede do governo, no número 10 de Downing Street, em Londres: "É claramente a vontade do grupo parlamentar conservador que haja um novo líder do partido e, portanto, um novo primeiro- ministro".

Ele ainda atribuiu sua renúncia ao comportamento de manada da bancada do partido na Câmara dos Comuns e argumentou que não merecia deixar o cargo, que qualificou de "melhor emprego do mundo".

"Nos últimos dias, tentei convencer meus colegas de que seria inadequado mudar governos quando estamos entregando tanto e quando temos uma bancada tão ampla (no Parlamento)", disse Johnson.

O líder do Partido Trabalhista, Keir Starmer, afirmou que a renúncia do primeiro-ministro foi uma boa notícia. "A única maneira de o país ter o recomeço que merece é se livrar desse governo conservador", declarou.

PARALISIA. "Foram os dois ou três dias mais notáveis na política britânica", destaca o pesquisador em história e ciência política britânica Joe Mulhall. "Atualmente, não temos um governo em funcionamento no Reino Unido. Não tem os ministros. Todos os cargos-chave do governo britânico se demitiram, então quem está administrando nosso governo está amarrado agora." Tudo isso, ele aponta, não poderia ocorrer em um pior momento.

Eleito para concretizar o Brexit, Johnson deixa o cargo com um Reino Unido sentindo os efeitos negativos do plebiscito que ocorreu em 2016. O país caminha para uma crise econômica, impulsionada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia como o restante do mundo, mas agravada pelo Brexit.

"Temos mais de 10% de **inflação** agora. Nunca tinha visto isso na minha vida.

Estamos caminhando para uma crise, e parte por causa do Brexit, mas também por causa da pandemia e do governo. É a tempestade perfeita", afirma Mulhall. Inicialmente, Johnson se mostrou cético sobre a covid-19, mas logo adotou medidas restritivas no combate à doença.

As tentativas de Johnson de permanecer no cargo lançaram questionamentos sobre se ele teria a coragem de convocar novas eleições - o que dependeria da aprovação da rainha - e forçaram seus colegas de partido a considerar mudanças nas regras internas para promover um novo voto de desconfiança.

DANOS. Para Mulhall, os anos Johnson podem danificar a democracia britânica. "Os mecanismos para a mudança de líderes nessas situações giravam em torno de honestidade, dignidade, constrangimento social.

Mas com alguém como Boris Johnson ,que não tem dignidade e está disposto a fazer qualquer coisa pelo poder, as regras não escritas da Constituição são

colocadas em xeque." | CAROLINA MARINS, COM AP e NYT

Premiê se tornou uma ameaça para aliados

Durante anos, o superpoder de Boris Johnson foi sua falta de vergonha. O primeiro ministro conservador ganhou a atenção da mídia anos atrás como um saco de pancadas para comediantes em um programa satírico e antiestablishment. Mais tarde, acusações de compadrio, corrupção, incompetência e infidelidade não tiveram efeito sobre sua ascensão política.

Mas a ousadia de Johnson agora é um grande problema.

Ele pode não sentir nenhum constrangimento, mas seus colegas acabaram sendo afetados indiretamente.

Johnson acabou sendo o primeiro premiê britânico derrubado não por vergonha pessoal, mas por uma vergonha coletiva.

A política parlamentar britânica é impulsionada por ciclos informais de escândalos, vergonha e sacrifício. Johnson havia causado um curto-circuito nessa rotina .

Ele teve os escândalos, mas nunca a vergonha, enquanto outros foram seu sacrifício.

Se o ritmo implacável dos escândalos não desgastou o premiê, desgastou seus aliados.

Eles perceberam que estavam sendo manchados por sua reputação.

E, embora não falem fatores globais, os economistas dizem que a política de Johnson - o Brexit - será vista como a principal culpada por esses anos de estagnação e declínio.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



## Esta é a 'PEC Frankenstein' - CELSO MING



**CELSO MING**

Nunca se viu Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com tantos apelidos: é PEC Kamikaze, PEC do Desespero, PEC Frankenstein, PEC das Bondades, PEC Eleitoreira...

Nenhum desses apodos foi rejeitado, porque é isso mesmo: é a distribuição de recursos do Tesouro com objetivo eleitoreiro para "os pobres", para os taxistas, para os caminhoneiros...

Para permitir o rombo no teto dos gastos, foi aprovada por emenda à Constituição, e, para atropelar a Lei Eleitoral que proíbe a distribuição de favores às vésperas das eleições, fica declarado "estado de emergência".

Foi aprovada no Senado a toque de caixa com um único voto contra, o do senador José Serra.

Na Câmara, a votação ficou para a próxima terça-feira, 12.

O PT e partidos coligados votaram maciçamente a favor, o que é esquisito. Teriam pelo menos duas razões para votar contra. A primeira é a de que a PEC 1/22 foi desenhada com o único propósito de facilitar a reeleição do presidente Bolsonaro e, no entanto, a oposição não vacilou em aceitar esse jogo contra ela.

A segunda razão é a bomba que deixa para o governo que deve assumir em 1º de janeiro. Como tem a convicção de que vai ganhar as eleições, o PT está ajudando a armar essas bombas para si próprio.

Não se diga, portanto, que essa PEC é eleitoreira apenas enquanto tem por objetivo facilitar a eleição de Bolsonaro.

Ela é eleitoreira também porque ajuda a eleição dos políticos da oposição. O PT e os políticos do Centrão evitaram passar a impressão de que se decidiram contra o interesse dos "mais desfavorecidos".

Deverá custar pelo menos R\$ 41,2 bilhões ao Tesouro (veja quadro) e está montada supostamente para ajudar o consumidor a pagar a conta do gás, da gasolina e do óleo diesel. Tem data para caducar: 31 de dezembro.

Daí seu objetivo escancaradamente eleitoreiro, em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, ignorada agora por gambiarras supostamente jurídicas.

A PEC acabará com esse "auxílio social", mesmo se os preços dos combustíveis continuarem elevados. É essa a bomba armada para a próxima administração.

Será, então, montada nova PEC, ou o equivalente, para seguir com a aleluia fiscal.

Há quem observe que o despejo de recursos públicos levará algum tempo para produzir efeito no orçamento da população.

Mas, ainda assim, é possível antever que mais recursos em circulação poderão empurrar as vendas do consumo, como sempre acontece quando sobrevém algum alívio depois de uma temporada de aperto nas botas.

Mais lenha na **inflação** pode continuar a corroer o poder aquisitivo da população mais pobre, aquela que pretensamente se queria beneficiar.

A política de austeridade está desmoralizada, o País perdeu a âncora fiscal. Não há nenhum indício de que algo virá em seu lugar.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## 'PEC KAMIKAZE'

PARA ONDE IRÃO OS RECURSOS

### Custo estimado

EM BILHÕES DE REAIS

AUXÍLIO BRASIL	26,0
BOLSA-CAMINHONEIRO	5,4
CRÉDITOS PARA ETANOL	3,8
TRANSPORTE GRATUITO DE IDOSOS	2,5
AUXÍLIO PARA TAXISTAS	2,0
AUXÍLIO-GÁS	1,0
ALIMENTA BRASIL	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>41,0</b>

**FONTE:** SENADO FEDERAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Pacote que une PEC e desonerações fragiliza regras e pressiona inflação

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

Deve ser de pouco mais de um mês o tempo que o Congresso levará para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia e cria benefícios sociais a menos de três meses das eleições.

Do dia 6 de junho, quando o presidente Jair Bolsonaro, ao lado dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciaram um acordo político pela aprovação da PEC e do projeto que reduziu o ICMS dos Estados, o caminho foi pavimentado para aprovar um pacote de medidas que vai despejar mais de R\$ 58,2 bilhões na economia até o fim do ano.

O cheque eleitoral prestes a ser aprovado pelo Congresso, sem maiores resistências da oposição ao governo Bolsonaro, é de R\$ 41 bilhões para gastar com a ampliação do Auxílio Brasil e a criação de novos auxílios, além de R\$ 17 bilhões com a redução a zero dos **tributos** federais sobre a gasolina e diesel.

PEC Kamikaze, dos Bilhões, do Desespero, das Bondades, Eleitoral, dos Auxílios, das Bondades, da Rachadinha. Não importa o nome dado ao pacote. A aprovação da PEC esvazia a força normativa da Constituição ao atropelar o rito regimental para alterações no texto constitucional, regras fiscais e eleitorais na base do tapetão com as mudanças das regras durante o jogo.

Nada ficará de pé depois da aprovação da PEC, que mira garantir votos nas eleições. Para o presidente e o seu grupo político liderado pelo Centrão e para deputados e senadores, incluindo os de oposição.

Desde o início, o roteiro construído pelo núcleo político do governo foi garantir o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600 com recursos fora do teto de gastos, a regra fiscal agora definitivamente moribunda criada para impor limites ao crescimento das despesas.

As consequências do estrago na economia e no processo de combate à **inflação** já estão no mapa dos economistas e podem ser observadas via aumento de dólar, juros futuros, custo dos títulos públicos, risco Brasil e piora das expectativas para a **inflação**. Essa montanha de dinheiro vai atrapalhar o trabalho já muito difícil do Banco Central de controlar a alta dos

preços.

Os juros vão ficar por mais tempo em patamar de dois dígitos no Brasil e o próximo presidente já começará o seu mandato com uma bomba fiscal, já que dificilmente conseguirá reverter todos os auxílios que estão sendo ampliados com a PEC. Só o Auxílio Brasil terá de ter um orçamento de pelo menos R\$ 154 bilhões, valor que hoje supera todo o espaço que o Orçamento tem para despesas com custeio e investimentos.

O custo do pacote até o final do ano pode chegar a mais de R\$ 112,7 bilhões, sendo R\$ 58,2 bilhões da União (R\$ 41,2 bilhões de aumento de despesas e R\$ 17 bilhões de renúncias da parte do governo federal) e R\$ 54,5 bilhões com desoneração dos **impostos** dos Estados. Veja quatro efeitos mapeados por especialistas ouvidos pelo Estadão: 1) DETERIORAÇÃO FISCAL. Para Luiz Fernando Cesário, economista- chefe da Asset 1, empresa de investimentos, a PEC é mais um movimento de piora adicional fiscal e um drible ao teto de gastos. Segundo ele, o impacto se dá no aumento da percepção de risco fiscal. "Mais uma vez teve pressão por aumento de gastos, e a classe política respondeu revisando o teto, o que enfraqueceu ainda mais a sua efetividade como âncora fiscal", diz. O desenho para frente é mais gastos, isso acaba afetando o prêmio de risco e a taxa de câmbio, com impacto inflacionário.

2) GASOLINA NA **INFLAÇÃO**. A injeção de recursos na economia vai aumentar a demanda e trabalhar na direção contrária do que o BC está fazendo para esfriar a economia e reduzir a **inflação**.

Haverá mais dinheiro para o gasto das famílias. Segundo Cesário, com essas novas transferências, aumenta a chance de um terceiro trimestre um pouco melhor e uma revisão para cima do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"Isso tende a dificultar o trabalho da política monetária no curto prazo", diz.

3) JUROS MAIS ALTOS. Será muito difícil o BC anunciar uma parada da alta de juros já na reunião de agosto. A taxa Selic deve subir para 14%, correndo o risco de alta não parar nesse patamar, se houver novos choques pela frente. "O cenário para 2023 é

bem feio", prevê o economista sênior da Asset 1, Carlos Thadeu Gomes, especialista em **inflação**.

Pelas suas estimativas, o IPCA no ano que vem já está em 5,70% num patamar subindo, já mais próximo de 6%. Na sua avaliação, as empresas que estão trabalhando com alta de insumos e margem apertada, vão trabalhar para reajustar os preços com esses estímulos dados pelo aumento das transferências.

4) RESISTÊNCIA. O novo governo não deve conseguir retirar os benefícios, mesmo que o prazo para as benesses seja dezembro.

Essas medidas, apesar de desenhadas para serem temporárias, têm um risco grande de se tornar uma medida permanente- pelo menos o Auxílio Brasil -, é difícil imaginar o próximo presidente reduzindo auxílio. "À parte o mérito das medidas adotadas até então, o efeito colateral é fragilizar a âncora fiscal do País, com efeitos sobre a sustentabilidade das contas públicas", diz o diretor executivo da IFI, Daniel Couri.

O que prevê a PEC

Auxílio Brasil Ampliação do valor do benefício de R\$ 400 para R\$ 600 mensais e cadastro de mais 1,6 milhão de novas famílias. Custo estimado: R\$ 26 bilhões

Bolsa-caminhoneiro Criação de benefício mensal de R\$ 1 mil. Custo estimado: R\$ 5,4 bilhões

Auxílio-gasolina para taxistas De R\$ 200 por motorista.

Custo estimado: R\$ 2 bilhões

Vale-gás Aumento de R\$ 53 de vale para aquisição de um botijão a cada dois meses. Custo estimado: R\$ 1,05 bilhão

Transporte de idosos Compensação aos Estados para garantir a gratuidade, já prevista em lei, do transporte público de idosos. Custo estimado: R\$ 2,5 bilhões

Etanol Repasse de até R\$ 3,8 bilhões a Estados para manutenção do ICMS em 12% para manter a competitividade do biocombustível

Alimenta Brasil R\$ 500 milhões seriam direcionados ao programa para a compra de alimentos de agricultores familiares

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Atividade econômica tem retração de 0,44% em abril, diz BC

**THAÍS BARCELLOS EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA**

A economia brasileira registrou retração em abril, conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), após três meses no campo positivo. O indicador caiu 0,44%, considerando a série livre de efeitos sazonais, ante alta de 1,08% em março.

O IBC-Br é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**), calculado pelo IBGE.

Os dados do terceiro e do quarto mês do ano só foram divulgados ontem após o encerramento da greve dos servidores do BC, na última terça-feira.

Originalmente, as publicações deveriam ter sido conhecidas nos dias 16 de maio e 15 de junho, respectivamente.

O IBC-Br de maio está previsto, pelo calendário original, para a próxima quinta-feira.

De março para abril, o índice de atividade calculado pelo BC caiu de 143,06 pontos para 142,43 pontos na série dessazonalizada.

O resultado veio abaixo da mediana das estimativas do mercado financeiro, que era positiva em 0,10% pela pesquisa Projeções Broadcast.

Já na comparação entre os meses de abril de 2022 e de 2021, houve crescimento de 2,23% na série sem ajustes sazonais.

Esta série registrou 142,28 pontos no quarto mês do ano, o melhor desempenho para o período desde 2015 (142,53 pontos).

O indicador de abril de 2022 ante o mesmo mês de 2021 ficou dentro do intervalo projetado pelos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que esperavam avanço entre e 0,70% e 3,18%.

O IBC-Br serve de parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2022 é de crescimento de 1,70%, conforme o Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de junho.

**Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Em dia de alívio no mercado, Bolsa avança 2,04%; dólar cai a R\$ 5,34

**ANTONIO PEREZ e LUÍS EDUARDO LEAL**

O receio de uma recessão global perdeu força ontem, depois de novas declarações de representantes do Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano), o que ajudou o mercado a recuperar parte das perdas dos últimos dias. O Ibovespa, principal indicador da B3, fechou o dia em alta de 2,04%, aos 100,7 pontos - patamar que não era alcançado desde o dia 28. A Bolsa avança 1,79%, na semana, e 2,22% no mês, enquanto no acumulado do ano conseguiu reduzir as perdas para 3,9%.

No mercado de câmbio, após cinco sessões seguidas de alta, o dólar caiu 1,42% frente ao real, cotado a R\$ 5,34. Ainda assim, no acumulado do mês a moeda apresenta valorização superior a 2%. No exterior, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a outras divisas fortes, terminou o dia perto da estabilidade, acima dos 107 pontos.

A melhora de humor ocorreu principalmente depois de representantes do Fed terem evitado declarações de maior aperto monetário nos EUA, o que poderia reduzir ainda mais as previsões de crescimento da maior economia do mundo. Considerado um "conservador" em termos de juros, o presidente do Fed em St. Louis, James Bullard, chegou a prever "boas chances" de um "pouso suave" do **PIB** americano.

Os ativos domésticos foram ajudados ainda pela recuperação de preços das commodities, após dias de perdas, com avanço para petróleo (3,93%) e minério de ferro (2,48%).

"Com o cenário externo favorável e a recuperação das commodities, praticamente todas as ações que compõem o Ibovespa se valorizaram", disse Leandro De Checchi, analista da Clear Corretora, lembrando que no melhor ponto do dia o indicador chegou a atingir 101 mil pontos.

Ainda assim, há quem veja uma melhora de fôlego curto.

"Ainda tem muita incerteza com a questão fiscal brasileira. Esse alívio (do dólar) parece momentâneo", afirmou a economista Cristiane Quartaroli, do Banco Ourinvest.

**Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**



# Principal erro de Boris Johnson foi ter apoiado Brexit (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Em ano eleitoral, gastos de deputados com divulgação sobem 20%

**LUÍSA MARZULLO** [hjsa.castro@oglobo.com.br](mailto:hjsa.castro@oglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Senado dá aval a consignado para beneficiário do Auxílio Brasil

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>